



SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2021/0068

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** que entre si celebram o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Câmara Municipal de Tamarana – PR, doravante denominada CASA LEGISLATIVA.

O **SENADO FEDERAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.530.279/0001-15, com a participação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) – Escola de Governo do Senado Federal e órgão executor do Programa Interlegis, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, neste ato representado pela Diretora-Geral do Senado, ILANA TROMBKA, e pelo Coordenador-Geral do ILB, LUIS FERNANDO PIRES MACHADO, doravante denominado SENADO/ILB, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA/PR**, com sede na Rua Ancião Vicente Subtil de Oliveira, CEP: 86125-000 e CNPJ nº 01.619.219/0001-36 neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor SILVANO RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF: 993.680.059-15 e RG: 5.122.792-1, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com o que dispõem a Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, no que couber, e a Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de junho de 2018, mediante as seguintes condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** São finalidades deste Ajuste:

- I- promover a operacionalização da Comunidade Virtual do Poder Legislativo;
- II- promover a capacitação e o intercâmbio de conhecimentos e Tecnologia da Informação (programas de tecnologia da informação e comunicação) com o fim de aumentar a eficiência das casas legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informações de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções legislativas;





SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo ILB/Programa Interlegis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Toda ação ou atividade necessária à implementação do objeto deste Acordo, será formalizada por meio de Plano de Trabalho, observado o objeto estabelecido nesta Cláusula.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS**

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, os produtos descritos na Cláusula Quarta, de acordo com as suas viabilidades técnica e financeira;
- II- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo Programa Interlegis, propiciando melhoria do processo de modernização para a CASA LEGISLATIVA;
- III- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de modernização legislativa nas áreas de tecnologia, comunicação, informação, educação e sustentabilidade, para que a CASA LEGISLATIVA possa apoiar seus legisladores no aumento da transparência, da representatividade e da legitimidade democráticas;
- IV- garantir os meios necessários à disponibilização por sete dias da semana, vinte e quatro horas por dia, dos programas de tecnologia da informação e comunicação fornecidos e hospedados pelo ILB/Programa Interlegis, bem como o seu uso legal durante a vigência deste instrumento, ressalvadas as indisponibilidades necessárias para a realização de manutenções preventivas e corretivas, que serão comunicadas através de serviço de mensageria, bem como as indisponibilidades causadas por incidentes fortuitos fora do controle da equipe técnica, sendo estes comunicados, no mesmo sistema de mensageria, assim que detectados; e
- V- acompanhar e fiscalizar os cumprimentos das metas e a aplicação das soluções previstas no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA**

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:







**SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB**

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Acordo de Cooperação Técnica e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a capacitação de seus colaboradores, bem como a instalação e manutenção de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação necessários para o acesso e operação dos produtos e serviços descritos na Cláusula Quarta, e o pessoal necessário à sua operação;
- III- disponibilizar e manter, caso opte em utilizar as soluções disponibilizadas pelo ÓRGÃO EXECUTOR em infraestrutura própria, a infraestrutura para instalação de programas de tecnologia da informação e comunicação disponibilizadas pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da Cláusula Quarta;
- IV- promover junto à equipe técnica do ILB/Programa Interlegis a inclusão, a exclusão e a atualização das informações de usuários, e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo Programa, no cadastro de autorizados, localizados na sede em Brasília;
- V- informar a todos os usuários cadastrados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação, disponibilizados pelo ILB/Programa Interlegis;
- VI- indicar servidor responsável administrativo pela boa execução das cláusulas celebradas neste Acordo de Cooperação Técnica, informando a sua eventual substituição;
- VII- designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável técnico pelas soluções descritas na Cláusula Quarta a serem implantadas pelo ILB/Programa Interlegis, informando sua eventual substituição;
- VIII- incentivar o desenvolvimento colaborativo de soluções tecnológicas para a melhoria dos seus processos, assim como torná-las disponíveis no repositório de soluções do Interlegis, quando for o caso, e promover seu aperfeiçoamento, objetivando a utilização por outros membros da Comunidade Virtual do Poder Legislativo; e
- IX- prestar contas, anualmente, das metas previstas no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COLOCADOS**  
**À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA**

O ÓRGÃO EXECUTOR desenvolverá junto à CASA LEGISLATIVA ações de modernização, a partir do fornecimento de produtos e serviços de tecnologia, no intuito de ser atendido o objeto deste Acordo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os produtos disponibilizados para a CASA LEGISLATIVA têm respaldo nas suas normas de uso estabelecidas pelo ILB/Programa Interlegis e em conformidade com



920



**SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB**

a legislação pertinente, enquanto software público, com o intuito de implementar o objeto deste Acordo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Os serviços disponibilizados para a CASA LEGISLATIVA têm respaldo nas suas normas de prestação estabelecidas pelo ILB/Programa Interlegis e em conformidade com a legislação pertinente, enquanto órgão público federal, com o intuito de implementar o objeto deste Acordo de Cooperação Técnica.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CASA LEGISLATIVA**

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a boa e regular manutenção das soluções do ILB/Programa Interlegis na forma estabelecida neste termo;
- II- as consequências legais ou técnicas advindas de instalação ou uso de programas de computadores não distribuídos pelo ÓRGÃO EXECUTOR;
- III- as informações alimentadas em seus bancos de dados, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas originadas de seus equipamentos;
- IV- os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas de tecnologia da informação e comunicação oferecidas pelo ÓRGÃO EXECUTOR;
- V- no caso de desistência da utilização dos programas de tecnologia da informação e comunicação pela CASA LEGISLATIVA, esta se obriga a informar com a devida antecedência ao ILB/Programa Interlegis, nos termos da Cláusula Oitava.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Este Acordo de Cooperação Técnica não implica compromissos financeiros entre os convenentes. O custeio das despesas inerentes às atividades eventualmente acordadas pelos celebrantes correrá por conta das dotações orçamentárias de cada um deles, não significando, em qualquer hipótese, a transferência de valores entre os partícipes.







SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

Este Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de sua publicação, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério das partes e mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO**

O presente acordo será extinto pelo término de sua vigência ou rescindido de imediato em caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas; bem como poderá ser denunciado livremente por qualquer das partes com prazo mínimo de antecedência de 90 (noventa) dias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A eventual extinção, denúncia ou rescisão deste Acordo ensejará o fim da cooperação entre os partícipes, bem como o encerramento da disponibilização de serviços pelo ÓRGÃO EXECUTOR à CASA LEGISLATIVA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Fica assegurado o acesso, pela CASA LEGISLATIVA, aos backups de todas as informações a ela pertencentes e que estão sob a guarda do Interlegis, pelo prazo de 60 dias após a eventual extinção do Acordo de Cooperação Técnica.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Ao nome do Instituto Legislativo Brasileiro/Programa Interlegis não poderão ser vinculados qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Acordo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** São parte integrante deste Acordo de Cooperação Técnica os Planos de Trabalho, anexos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre os partícipes e formalizados por meio de Termos Aditivos.





Processo nº 00200.005474/2021-24

SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**CELEBRANTES:**

\_\_\_\_\_  
**ILANA TROMBKA**

Diretora-Geral do Senado Federal

\_\_\_\_\_  
**LUIS FERNANDO PIRES MACHADO**

Coordenador-Geral do ILB  
Programa Interlegis

\_\_\_\_\_  
**SILVANO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Presidente da Câmara Municipal de Tamarana/PR  
CPF: 993.680.059-15  
RG: 5.122.792-1

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
**Cleudemir José Catai**

Câmara Municipal de Tamarana/PR  
CPF: 522.617.669-20  
RG: 3.614.988-4

\_\_\_\_\_  
**Vera Lúcia Aparecida de Lima Silva**

Câmara Municipal de Tamarana/PR  
CPF: 027.966.749-32  
RG: 7.034.341-0

U:\COPLAC\SECON\SECON2021\MINUTAS\ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CONVÊNIOS E PROTOCOLO DE INTENÇÕES\CÂM.MUN. TAMARANA - NOVO  
ACT - 005474 2021 (PO).docx





Processo nº 00200.005474/2021-24

**ANEXO I****PLANO DE TRABALHO N° 2021/0068**

Instrumento que integra o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Câmara Municipal de Tamarana – PR e o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB/Programa Interlegis, contendo todo detalhamento das responsabilidades assumidas pelos partícipes, conforme disposto no §1º, art. 116, da lei 8.666/93.

**1. DADOS CADASTRAIS**

Câmara Municipal de Tamarana – PR  
CNPJ: 01.619.219/0001-36  
Estado: Paraná  
Endereço: Rua Ancião Vicente Subtil de Oliveira, 141  
CEP: 86.125-000  
Fone: (43) 3398-1133

**2. OBJETIVO**

O presente Plano de Trabalho tem como objetivo subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle da atuação do ILB/Interlegis junto a CASA LEGISLATIVA, objetivando a realização das Ações solicitadas formalmente pela CASA LEGISLATIVA e oferecidas no sítio do LB/Interlegis ([www.interlegis.leg.br](http://www.interlegis.leg.br) – Consultoria e Informação; Produtos de Tecnologia; Capacitação ILB e Relacionamento).

**3. JUSTIFICATIVA**

O desenvolvimento deste plano assegura a ampliação das Ações de modernização e integração compatíveis com a missão do ILB/Interlegis junto ao Legislativo Brasileiro.

**4. METAS A SEREM ATINGIDAS**

1. Aprovação e assinatura do Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes;
2. Estabelecimento de rotinas periódicas de disponibilização de dados e informações entre os partícipes, preferencialmente por meio eletrônico, observadas as limitações técnicas e legais;







**SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB**

3. Desenvolvimento e compartilhamento de programas e meios de tecnologia de informação e comunicação, do intercâmbio de conhecimentos e de informações de bases de dados entre os partícipes, em especial:

3.1. Implantação e manutenção na CASA LEGISLATIVA de programas e meios de tecnologia da informação e comunicação, fornecidos pelo ILB/Interlegis, com a atualização periódica de seus dados e informações; e

4. Realização de eventos locais, pela CASA LEGISLATIVA, objetivando a difusão dos padrões e instrumentos do ILB/Interlegis, em conjunto com a Comunidade Virtual do Legislativo (Rede de casas legislativas conveniadas).

## 5. FASES DE EXECUÇÃO

As atividades terão início na data de assinatura do Plano de Trabalho e se encerrarão no fim da vigência do Acordo de Cooperação Técnica, agrupadas nas fases de Diagnóstico, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle.

## 6. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O presente termo não implica transferência de recursos financeiros, determinando-se que o ônus decorrente de ações específicas, desenvolvidas em razão do instrumento, são de responsabilidade dos respectivos partícipes.

## 7. RESPONSABILIDADES DA CASA LEGISLATIVA

A CASA LEGISLATIVA que sediar as Ações, previstas neste termo, será responsável pelo fornecimento de:

- a. Espaço compatível para a realização das Ações, previstas para a Casa;
- b. Logística de recepção e traslados dos técnicos e autoridades;
- c. Técnicos para o aprendizado no uso das tecnologias fornecidas pelo ILB/Interlegis, que efetivamente serão os operadores destas tecnologias, dentro da Casa;
- d. Colaboração, de acordo com as possibilidades, no desenvolvimento de soluções para o Legislativo Brasileiro, a partir do ambiente <https://colab.interlegis.leg.br/>; e
- e. Assegurar a atualização das informações nos bancos de dados dos produtos a serem implantados.

## 8. VALIDADE DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho terá validade durante toda a vigência do Acordo de Cooperação Técnica, de comum acordo dos partícipes.







Processo nº 00200.005474/2021-24

**SENADO FEDERAL  
INTERLEGIS – ILB****9. APROVAÇÃO PELOS PARTICIPES****APROVADO, após análise técnica.**

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021

---

**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral  
SENADO FEDERAL

---

**SILVANO RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
Presidente  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA/PR

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2021 - UASG 290002**

Nº Processo: 08038009805202136. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, dos serviços de Recepção para a unidade da DPU em Curitiba/PR.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 31/05/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco H, Lote 14, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/290002-5-00061-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 31/05/2021 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 14/06/2021 às 10h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: Telefone: (61) 3318-4363/e-mail: [licitacao@dpu.def.br](mailto:licitacao@dpu.def.br).

GISELLE FREIRE DE MOURA ARRAIS  
Coordenadora da Licitação

(SIASGnet - 27/05/2021) 290002-00001-2021NE800150

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2021 - UASG 290002**

Nº Processo: 08038001731202017. Objeto: Aquisição de Adaptadores DisplayPort para VGA e HDMI para atender às necessidades da Defensoria Pública da União, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 31/05/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco H, Lote 14, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/290002-5-00062-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 31/05/2021 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 15/06/2021 às 10h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: Telefone: (61) 3318-4363/e-mail: [licitacao@dpu.def.br](mailto:licitacao@dpu.def.br) A descrição correta e completa dos itens está no Termo de Referência..

GISELLE FREIRE DE MOURA ARRAIS  
Coordenadora da Licitação

(SIASGnet - 28/05/2021) 290002-00001-2021NE800150

**Poder Legislativo**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DIRETORIA-GERAL**  
**DIRETORIA ADMINISTRATIVA**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE SUSPENSÃO**  
**PREGÃO Nº 31/2021**

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 21/05/2021. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de camisetas com impressão em silk screen, bottons, pins, garrafas de metal tipo squeeze e mochilas de costas.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE  
Presidente da CPL

(SIDE - 28/05/2021) 010001-00001-2021NE000291

**SENADO FEDERAL**  
**DIRETORIA-GERAL**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato CT2021/0053. Processo: 200.011662/2020-19. Celebrado com a empresa ALPHA - RENTAL ALUGUEL E COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 06.033.389/0001-58. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 047/2021. Objeto: Reposição para a máquina gráfica de costura de livros, marca MECCANOTECHNICA - ASTRONIC 180, utilizada no Serviço de Acabamento da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal. Valor Global: R\$106.384,76. Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664. Natureza de Despesa: 339030. Nota de Empenho nº 2021NE001048, emitida em 19/05/2021. Vigência: início: 27/05/2021 - final: 26/05/2022. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: Antonio Manuel de Amorim Pacheco, e Hadriano Domingues.

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Espécie: Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica AC2019/0012, sem repasse de recursos, celebrado entre o SENADO FEDERAL com participação do Instituto Legislativo Brasileiro - ILB/Interlegis e o INSTITUTO DE DEFESA DA CIDADANIA E DA TRANSPARÊNCIA - IDCT. Objeto: Subsidiar o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle da atuação do Instituto de Defesa da Cidadania e da Transparência - IDCT junto ao ILB/Interlegis, visando a realização de eventuais ações educacionais em parceria, exclusivamente gratuitas, de caráter técnico-científico e/ou cultural, bem como o intercâmbio de conhecimentos, com foco na formação, no aperfeiçoamento, na especialização técnica de recursos humanos e no desenvolvimento institucional. Data de Assinatura: 28/05/2021. Vigência: Até 14 de outubro de 2024. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pelo IDCT: Gustavo Costa Nassif, Presidente.

**EXTRATOS DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica AC2021/0063. Processo: 200.003805/2021-91. Celebrado com a CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA - SP. CNPJ: 60.243.409/0001-60. Data da assinatura: 27/05/2021. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes. Vigência: início: 27/05/2021 final: 26/05/2026. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pelo ILB: Luís Fernando Pires Machado, Coordenador-Geral, pela Câmara: Frederick Requi Mendonça, Presidente.

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica AC2021/0068. Processo: 200.005474/2021-24. Celebrado com a CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA - PR. CNPJ: 01.619.219/0001-36. Data da assinatura: 27/05/2021. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes. Vigência: início: 27/05/2021 final: 26/05/2026. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pelo ILB: Luís Fernando Pires Machado, Coordenador-Geral, pela Câmara: Silvano Rodrigues de Oliveira, Presidente.

**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 2021/0031. Processo: 200.005178/2021-23. Firmada com a empresa MC RESTAURAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI. CNPJ: 14.234.924/0001-67. Modalidade: Pregão Eletrônico 044/2021. Objeto: Fornecimento de insumos, ferramentas e equipamentos diversos, necessários para uso nos trabalhos de preservação e restauração da SGIDOC e suas Coordenações (Item 15). Valor Total: R\$10.008,57. Vigência: início: 27/05/2021 - final: 26/05/2022. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela Contratada: Luis Alberto de Mattos Rocha.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: 08º Termo Aditivo ao Contrato CT2018/098, celebrado com a empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI. CNPJ: 78.533.312/0001-58. Processo: 200.002040/2021-72. Data da Assinatura: 27/05/2021. Objeto: Fica prorrogado de 10/09/2021 a 09/09/2022. Programa de Trabalho: 167458. Natureza de Despesa: 339037. Nota de Empenho nº 2021NE001060, emitida em 21/05/2021. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela contratada: José Geraldo Gonçalves.

**AVISO DE CANCELAMENTO**

Espécie: Termo de Cancelamento da Nota de Empenho nº 2020NE800652. Processo: 200.007338/2020-98. Objeto: Declarar cancelamento, unilateral, com efeitos a partir do dia 06/05/2021, a Nota de Empenho nº 2020NE800652 que possui como credora a empresa INNOVE TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ 19.289.203/0001-78, decorrente do Pregão Eletrônico nº 081/2019, firmado entre o SENADO FEDERAL e a supracitada pessoa jurídica. Signatária: Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal.

ILANA TROMBKA  
Diretora-Geral

**EXTRATO DE DOAÇÃO**

Espécie: Contrato de Doação Pura e Simples nº TD2021/0025. Processo: 200.005053/2021-01. Celebrado entre o Senado Federal (CESSIONÁRIO) - CNPJ nº 00.530.279/0001-15 e o senhor CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA - CPF 912.886.063-20 (CEDENTE). Modalidade: Não aplicável. Objeto: O CEDENTE, concede ao CESSIONÁRIO Cessão de direitos autorais sobre a OBRA "Diálogos sobre a Pandemia. Especial Covid-19: Os Desafios do Combate ao Coronavírus nos Estados": Vigência: Início: 27/05/2021 - Final: Até que uma das partes se manifeste em sentido contrário. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pelo Cedente: Carlos Eduardo de Oliveira Lula.

**Poder Judiciário**

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Termo de Cooperação Técnica n. 084/2021 firmado entre o CNJ e o TCU. Processo: SEI n. 02690/2015. Objeto: promover a cooperação técnica entre os partícipes, com vistas ao aprimoramento das respectivas atribuições institucionais relacionadas à atividade de auditoria. Data da Assinatura: 27/05/2021. Vigência: 12 meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente, até o limite de 60 meses, exceto manifestação expressa em sentido contrário, nos termos da lei. Signatários: pelo CNJ, Ministro Luiz Fux - Presidente; pelo TCU, Ministra Ana Lúcia Arraes Alencar - Presidente.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica n. 019/2019 celebrado entre o CNJ e o TCU. Processo SEI n. 00359/2019. Objeto: prorrogação da vigência do acordo por 24 meses, a partir de 4 de junho de 2021. Data de Assinatura: 27/05/2021. Signatários: pelo CNJ, Ministro Luiz Fux - Presidente; pelo TCU, Ministra Ana Lúcia Arraes Alencar - Presidente.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Quarto Termo Aditivo ao Contrato n. 07/2018 celebrado entre o CNJ e a YSSY TECNOLOGIA S.A. CNPJ 71.738.132/0001-63. Processo: 05418/2015. Objeto: a) reajuste dos preços com base na variação do IPCA/IBGE, ocorrida no período de abril/2020 a março/2021, no percentual de 6,0993%, com efeitos financeiros retroativos a 18 de março de 2021; e b) a prorrogação da vigência dos itens 1,3 e 5. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R\$ 103.299,25. Data de Assinatura: 28/05/2021. Vigência: a contar de sua assinatura, ressalvados os efeitos retroativos da Cláusula Primeira. Signatários: pelo CNJ, Johanness Eck - Diretor-Geral; pela Contratada, Frederico Samartini Queiroz Alves e Gabrielly Andressa Nagy - Procuradores.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**SECRETARIA DO TRIBUNAL**

**EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**

Termo de Execução Descentralizada-TSE nº 7/2021, firmado entre o TSE e a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. OBJETO: Provimento de apoio e orientação, técnicos e especializados, por parte da ABIN, ao TSE, nas áreas de criptografia, segurança de hardware e das comunicações, segurança e auditoria de sistemas de votação, segurança física, computação forense, com a contrapartida de descentralização de recursos do TSE para a ABIN, a serem empregados na capacitação de agentes públicos da ABIN em criptologia. VALOR: R\$ 2.455.140,00. ASSINATURA: 27/5/2021. ASSINAM: Rui Moreira de Oliveira, Diretor-Geral, pelo TSE; e Carlos Afonso Gonçalves Gomes Coelho, Secretário de Planejamento e Gestão, pela ABIN. PA SEI nº 2021.00.000002320-5.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato-TSE 46/2018, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa Claro S.A., CNPJ 40.432.544/0001-47. OBJETO: Prorrogar a vigência contratual de 20/6/2021 a 20/6/2022. VALOR R\$ 119.402,16. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei 8.666/93. ASSINATURA: 28/5/2021. ASSINAM: Adaires Aguiar Lima, Secretária de Administração, pelo TSE; Bruno Fernandes dos Santos e Juliana Franco Jibrán Hsieh, Procuradores, pela empresa. SEI 2017.00.000006367-1.





**SEPCO - Serviço de Planejamento e Controle**

---

**De:** Câmara Municipal de Tamarana <cmtamarana@gmail.com>  
**Enviado em:** quinta-feira, 27 de maio de 2021 16:53  
**Para:** SEPCO - Serviço de Planejamento e Controle  
**Assunto:** Re: SENADO FEDERAL - COMUNICADO DE ENVIO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ASSINADO DIGITAL - CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA - PR

Recebido!  
Luiz Carlos.

Em qui., 27 de mai. de 2021 às 16:52, SEPCO - Serviço de Planejamento e Controle <[sepc@senado.leg.br](mailto:sepc@senado.leg.br)> escreveu:

COMUNICADO DE ENVIO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ASSINADO DIGITAL

**Brasília, 27 de maio de 2021**

---

**Processo nº 00200.005474/2021-24**

**AC20210068**

**Organização: CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA - PR**

**Telefone: (43) 3398-1133 / 99991-2085**

**E-mail: [cmtamarana@gmail.com](mailto:cmtamarana@gmail.com); [silvanorodrigues001@hotmail.com](mailto:silvanorodrigues001@hotmail.com);**

**A/C Sr. SILVANO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

---

Prezado Senhor,

Envio-lhe em anexo o **Acordo de Cooperação Técnica AC2021/0068**, celebrado com a **CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA - PR**, assinado digitalmente em (27/05/2021), pela senhora Diretora-geral do Senado Federal.

Durante a pandemia do COVID-19, estamos evitando o trânsito de documentos em meio físico, uma vez que há informações de que o vírus sobrevive por horas, e até mesmo por dias em superfícies como papéis e envelopes.



**Ao receber esta mensagem, favor confirmar o recebimento para finalização do processo**

Atenciosamente,

**José Olivar Campos da Silva**

**Chefe do SEPCO**

**Maria do Socorro Silva**

Senado Federal - SADCON/COPLAC/SEPCO  
Via N2 Bloco de Apoio 16, sala 14,15

70165-900 Brasília - DF

Telefone: + 55 (61) 3303-1423 – 3303-3134



---

“Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente.”





**Secretaria de Administração de Contratações - SADCON**  
**Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações - COPLAC**  
**Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO**

## Resumo de Acordo de Cooperação Técnica

Acordo de Cooperação Técnica - AC  
2021/0068

Vigência: 27/05/2021 a 26/05/2026

NUP da Avença: [00100.052732/2021-90](#)

Modalidade: Não se Aplica

Nº da Licitação: -

Categoria do objeto: Intercâmbio Cultural

Objeto: Este Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação das ações de modernização do ILB/INTERLEGIS - Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes.

### Histórico de Fornecedores

1. CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA - PR [CNPJ: 01.619.219/0001-36] (27/05/2021 - 26/05/2026)

### Processo(s)

Principal: 00200.005474/2021-24

### Aditivos

*Não existem termos aditivos relacionados a(o) acordo de cooperação técnica.*

### Gestores ativos

Tipo de Gestão	Nome	Lotação	Telefone	Ato DGER	BAP
Órgão gestor	SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	SCCO		24192021	7838-S1

### Empenhos

*Não existem empenhos relacionados a(o) acordo de cooperação técnica.*

### Valores

*Não existem valores relacionados a(o) acordo de cooperação técnica.*



## **Intranet da SADCON – Instruções sobre Gestão de Contratações.**

Clique no endereço abaixo para abrir a página e, caso não funcione, copie-o e cole no seu navegador:

<https://intranet.senado.leg.br/visualizacaosecaorh?secao=/intranet/administracao/contratacoes/gestao-de-contratacoes>

### **Gestão de Contratações**

Garantias contratuais

Atestado de capacidade

Aditivos contratuais

Prorrogação contratual

Reajuste contratual

Repactuação contratual

Revisão contratual

Penalidades

Orientações para pagamentos

Modelos de documentos

Palestras e Cursos

Fórum de Gestão e Fiscalização de Contratos







SENADO FEDERAL  
Secretaria de Recursos Humanos - SERH  
Gabinete do Diretor

## BOLETIM ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE PESSOAL

Nº: 3906

quarta-feira, 13 de fevereiro de 2008

### COMISSÃO DIRETORA

#### ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 002, de 2008

Dispõe sobre a gestão de Contratos no Senado Federal e dá outras providências.

**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições e visando o aprimoramento da gestão de contratos no Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º - Este Ato institui normas e procedimentos a serem adotados na gestão de contratos no âmbito do Senado Federal.

Art. 2º - Para os efeitos deste Ato consideram-se as definições:

I - contrato: todo e qualquer ajuste entre o Senado Federal e órgãos ou entidades da Administração Pública ou particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações, seja qual for a denominação utilizada;

II - convênio: instrumento celebrado entre o Senado Federal e órgãos ou entidades da Administração Pública ou particulares, com ou sem transferência de recursos financeiros, para a concretização de objetivos de interesses comuns e coincidentes;

III - gestão de contrato: conjunto de ações e procedimentos destinados a promover o acompanhamento, a fiscalização e o controle efetivo do fiel cumprimento do objeto contratado e das condições pactuadas;

IV - gestor de contrato: servidor que, na condição de representante do Senado Federal, desenvolve, mediante registro próprio, as atividades de gestão de contrato, nos termos deste Ato;

V - gestão compartilhada: gestão de contrato realizada por mais de um gestor com responsabilidade solidária.

Art. 3º - Para todo e qualquer contrato celebrado pelo Senado Federal será designado um gestor titular e um gestor substituto, nos termos deste Ato.

Art. 4º - A gestão de contratos tem por finalidade administrar as contratações indispensáveis ao exercício pleno das funções e atividades institucionais do Senado Federal, relativas a aquisições, obras e serviços de qualquer natureza.

Art. 5º - São diretrizes básicas para a gestão de contratos no Senado Federal:

I - observância dos princípios constitucionais e normas legais atinentes à Administração Pública, em especial aquelas diretamente relacionadas à gestão de contratos;

II - constante fiscalização do cumprimento das obrigações pactuadas pelas partes;

III - adequada aplicação dos recursos públicos;

IV - registro formal e completo dos atos e fatos ocorridos na execução do contrato, com prevalência da forma escrita sobre a verbal;

V - aperfeiçoamento constante do processo de licitação, contratação e dos documentos contratuais;



VI - utilização de instrumentos e rotinas administrativas claras e simples, compatíveis com uma gestão de contratos moderna e eficaz.

Art. 6º - Compete ao Diretor-Geral designar o gestor do contrato e seu substituto.

§ 1º - Considerando a conveniência e a oportunidade administrativa, excepcionalmente o Diretor-Geral poderá designar mais de um gestor para gerir um ou mais contratos, na forma de gestão compartilhada.

§ 2º - Para as designações de que trata este artigo serão considerados o treinamento realizado pelo servidor, sua formação técnica e experiência.

Art. 7º - A recusa do servidor em aceitar a designação, justificada por escrito, deverá ser submetida à deliberação do Diretor-Geral, nos casos de impedimento, suspeição ou falta de conhecimento específico necessário ao desempenho da atividade de gestão.

§ 1º - Considera-se impedido o servidor que for parente até terceiro grau, cônjuge ou companheiro do contratado ou de seu preposto, bem como possuir participação societária ou interesse econômico junto à contratada.

§ 2º - O servidor deverá alegar suspeição se tiver qualquer tipo de relação direta ou indireta com a contratada.

Art. 8º - São atribuições gerais do gestor de contrato:

I - participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;

II - manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

III - acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;

IV - acompanhar o prazo de vigência do contrato e, se for o caso, informar, tempestivamente, ao órgão competente a necessidade de continuidade do objeto contratado;

V - avaliar e informar, tempestivamente, a qualidade do serviço contratado, nos casos de possível prorrogação;

VI - receber o objeto do contrato, por termo circunstanciado;

VII - solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;

VIII - emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;

IX - orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;

X - solicitar à contratada a substituição do preposto ou de empregado desta no interesse do Senado Federal;

XI - determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;

XII - relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejarem a aplicação de penalidades;

XIII - comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;

XIV - solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;

XV - solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos do Senado, de acordo com suas competências;



XVI - cooperar com a Secretaria de Administração de Contratações - SADCON na manutenção do cadastro dos fornecedores do Senado Federal;

XVII - conferir, atestar e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

XVIII - solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;

XIX - solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 56 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

XX - executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência.

§ 1º - As comunicações e determinações do gestor à contratada far-se-ão por escrito, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo.

§ 2º - Os gestores de contratos e seus substitutos não poderão interferir na gerência ou administração da contratada.

§ 3º - Na ausência do gestor do contrato e de seu substituto, as providências devidas ficarão a cargo da direção ou chefia do órgão supridor do bem ou do serviço.

§ 4º - Nos casos de contrato de prestação de serviço a ser executado de forma continuada, com fornecimento de mão-de-obra, caberá ainda ao gestor:

I - verificar diretamente ou com o titular do órgão usuário do serviço:

a) o cumprimento da jornada de trabalho dos empregados terceirizados, de acordo com a carga horária estabelecida em contrato, lei, acordo ou convenção coletiva, para cada categoria;

b) a correta aplicação funcional dos empregados terceirizados de acordo com as atribuições previstas em contrato;

c) a observância das normas concernentes ao resguardo da integridade física do trabalhador, especialmente o uso de equipamentos de proteção individual;

d) o grau de satisfação em relação aos serviços prestados.

II - manter controle de "banco de horas" de serviços extraordinários, em comum acordo com a contratada, para compensação ou para eventual pagamento mediante autorização excepcional da autoridade competente;

III - solicitar o credenciamento dos empregados terceirizados ao setor competente;

IV - solicitar, quando necessário, na forma do inciso XV do art. 8º, apoio técnico no exame dos documentos de pagamento de mão-de-obra e de recolhimento de encargos sociais pela contratada.

§ 5º - Nos casos de contrato de execução de obras e serviços de engenharia, caberá ainda ao gestor:

I - fornecer ao contratado todos os elementos indispensáveis ao início da obra e notificá-lo de qualquer alteração aprovada pela Administração;

II - esclarecer discrepâncias, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico ou executivo e nas demais informações e instruções complementares;

III - propor à Administração, justificadamente, as modificações dos projetos ou de suas especificações, necessárias à continuidade dos serviços;

IV - analisar e aprovar partes e etapas da obra ou serviço;

V - verificar e atestar as medições dos serviços;





VI - fiscalizar a elaboração do *as built* da obra (como construído), ao longo da execução dos serviços;

VII - exigir da contratada a manutenção de um "Diário de Obra", permanentemente atualizado e disponível no local da obra ou serviço.

Art. 9º - São procedimentos básicos do gestor de contratos:

I - agendamento dos prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;

II - observância dos prazos de tramitação dos processos;

III - comunicações à Administração ou a terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;

IV - notificação formal à contratada de toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;

V - fundamentação, por escrito, de todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;

VI - juntada de todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;

VII - instrução em processo apartado de todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;

VIII - correção de eventuais falhas na tramitação ou na instrução dos processos sob sua gestão;

IX - elaboração de relatório periódico, no mínimo a cada trimestre, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

*Parágrafo único.* Ao término do contrato, o processo de que trata o inciso VII deverá ser apensado ao processo principal para fins de arquivamento.

Art. 10 - Cabe ao gestor substituto:

I - assumir automaticamente as atribuições do titular em seus impedimentos;

II - participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;

III - manter-se atualizado sobre a gestão do contrato;

IV - auxiliar o titular em suas atribuições de gestão, sempre que solicitado.

Art. 11 - Todos os órgãos do Senado Federal deverão cooperar, no âmbito de suas competências regulamentares, com os gestores, quando solicitados.

§ 1º - O Instituto Legislativo Brasileiro implementará programa específico de treinamento contínuo para gestores.

§ 2º - A Secretaria Especial de Informática - Prodasen proverá e manterá sistema informatizado específico para a gestão de contratos.

§ 3º - O servidor de órgãos do Senado Federal usuários de serviços contratados atuará como fiscal destes, no âmbito de sua unidade, independente de designação específica.

Art. 12 - Na gestão compartilhada, para efeito de responsabilidade, os servidores exercerão suas atribuições de forma solidária e participativa, com escolha de relator para cada matéria.

Art. 13 - Cabe ao Diretor-Geral regulamentar as disposições deste Ato.

Art. 14 - Ficam revogados o Ato nº 9, de 1996, da Comissão Diretora, os Atos nº 9, de 2, e nº 3, de 1995, do Primeiro Secretário, e o artigo 21, § 2º, do Ato 29, de 2003, da Comissão Diretora.



15/10/2020

Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal

Art. 15 - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 12 de fevereiro de 2008. Garibaldi Alves Filho - Tião Viana  
- Efraim Moraes - César Borges - Antonio Carlos Valadares - Papaléo Paes.

*Observações:*

- Publicação extraída do Boletim original n°: [3906 de 13/02/2008](#)





SENADO FEDERAL  
Secretaria de Gestão de Pessoas

**BOLETIM ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL**  
SEÇÃO II

Número: 5831

segunda-feira, 31 de agosto de 2015

**DIRETORIA-GERAL**

GESTÃO DE CONTRATOS

**ATO DA DIRETORIA-GERAL Nº 27, de 2015**

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados na gestão de contratos.

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, I, Anexo V, do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 40 de 2014,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º do Ato da Comissão Diretora nº 2 de 2008, que dispõe sobre a gestão de contratos no Senado Federal,

CONSIDERANDO o disposto no Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015,

CONSIDERANDO as medidas de racionalização administrativa determinadas pela Comissão Diretora do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º O gestor ou órgão gestor é responsável pelo acompanhamento dos procedimentos de prorrogação ou nova contratação, quando for o caso.

§ 1º Devem ser observados os seguintes prazos:

I - no caso de prorrogações, quando houver previsão contratual e ainda não tiver sido atingido o limite máximo de 48 (quarenta e oito) ou 60 (sessenta) meses, a depender da natureza da avença, o gestor ou órgão gestor deve iniciar ou se certificar que sejam iniciados os procedimentos necessários para sua efetivação, com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência da data de vencimento da avença;

II - no caso de avenças prorrogadas até seu limite de 48 (quarenta e oito) ou 60 (sessenta) meses, a depender da natureza desta, o gestor ou órgão gestor deve provocar o início de nova contratação ou se certificar que tal procedimento foi efetivado perante os órgãos demandante e técnico respectivos, com no mínimo 12 (doze) meses de antecedência da data de vencimento do contrato;

III - no caso de avenças que, por sua natureza, não sejam prorrogáveis, mas cujo objeto seja de demanda permanente por parte do Senado Federal, o gestor ou órgão gestor deve provocar o início de novo procedimento licitatório ou se certificar que tal providência foi tomada pelos órgãos demandante e técnico respectivos, com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência da data de vencimento da avença ou quando for exaurido mais de metade de qualquer dos itens da avença, o que ocorrer primeiro;

IV - no caso de ocorrência das situações previstas no §4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 para avenças enquadradas no inciso II do mesmo artigo, o gestor ou órgão gestor deve iniciar os procedimentos necessários para efetivar eventual prorrogação excepcional com, no mínimo, 3 (três) meses de antecedência.

§ 2º Caso não seja a Secretaria de Administração de Contratações - SADCON o órgão responsável pela autuação de processo de prorrogação ou nova contratação, o gestor ou órgão técnico tem a responsabilidade de informar ao Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO da Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações - COPLAC o número do processo.

§ 3º O gestor ou órgão gestor deve acompanhar a tramitação dos processos de prorrogações ou novas contratações, alertando os órgãos responsáveis sempre que houver demora excessiva ou risco de descontinuidade do objeto.

§ 4º No caso do procedimento estipulado no § 3º não surtir efeito, a chefia imediata do gestor ou órgão gestor e, em última instância, a Diretoria-Geral Adjunta de Contratações - DGERADC devem ser comunicadas do fato.

§ 5º O gestor ou órgão gestor, bem como todos os órgãos que participam da tramitação, devem diligenciar para que o processo com a instrução de prorrogação seja encaminhado à Diretoria-Geral - DGER para deliberação final com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência e, caso haja necessidade de autorização da Primeira Secretaria, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Compete à COPLAC/SADCON a comunicação com a empresa ou órgão nos seguintes casos:

I - renegociações decorrentes de valores inferiores ao contratado, obtidos a partir de pesquisa de preços;

II - comunicações relativas à irregularidade trabalhista ou fiscal, exclusivamente durante a instrução de prorrogações;

III - convocações para assinatura de avenças ou termos aditivos; e





IV - comunicações relativas à aplicação de penalidade, tais como abertura de prazo para defesa prévia ou recurso, e outras que se fizerem necessárias.

Parágrafo único. Nos demais casos, compete ao gestor ou órgão gestor a comunicação com a empresa ou órgão, inclusive quanto à prestação de informações sobre a situação de pedidos de revisão, repactuação, reajuste, entre outros, bem como quanto à obtenção de anuência da empresa ou órgão para a prorrogação de avenças.

Art. 3º Os pedidos de repactuação e revisão, nos casos em que houver previsão contratual ou legal, devem ser recebidos pelo gestor ou órgão gestor e encaminhados à SADCON para instrução, atendidos os seguintes requisitos:

I - no caso de repactuação: anexação de manifestação conclusiva quanto ao pagamento dos itens solicitados e verificação do cumprimento dos requisitos previstos em contrato, especialmente, se for o caso, anexação do instrumento laboral que embase o pedido, planilhas com a demonstração analítica da variação dos custos condizente com os itens solicitados e documentação comprobatória válida; e

II - no caso de revisão: anexação de manifestação técnica quanto à procedência do pedido, bem como verificação do cumprimento dos requisitos legais, especialmente, se for o caso, anexação de planilhas com a demonstração analítica da variação dos custos condizente com os itens solicitados e documentação comprobatória válida.

Art. 4º O gestor ou órgão gestor são os responsáveis, em conjunto com os titulares da COPLAC e da SADCON nas avenças instruídas por estes, pela assinatura de atestados de capacidade técnica.

§ 1º O gestor ou órgão gestor pode fazer sugestões de alteração ou inclusão na minuta de atestado de capacidade técnica referentes a aspectos técnicos ou a descumprimentos contratuais.

§ 2º No caso de impossibilidade ou impedimento do gestor, o responsável pela assinatura de tais documentos é o servidor titular da direção ou chefia do órgão técnico supridor do bem ou do serviço.

Art. 5º O gestor ou órgão gestor é responsável por promover a atualização das informações no sistema GESCON, com periodicidade no mínimo mensal.

Parágrafo único. Fica a SADCON responsável por reportar à Secretaria de Tecnologia da Informação - PRODASEN eventuais falhas no sistema e por criar usuários no GESCON, quando demandada.

Art. 6º O gestor ou órgão gestor é responsável por providenciar a cobrança perante as empresas contratadas de multas decorrentes de eventuais penalidades aplicadas, bem como por sugerir eventuais retenções cautelares nas hipóteses previstas no regulamento.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de agosto de 2015. **Ilana Trombka**,  
Diretora-Geral.

## APOSENTADORIA

### PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL Nº 4937, de 2015

**O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL**, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, e considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.012918/2015-30, RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **HAMILTON VIEIRA RAMOS**, Analista Legislativo/Processo Legislativo, Nível III, Padrão S-45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas nos artigos 1º e 3º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 20 de agosto de 2015. **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Diretor-Geral Adjunto de Gestão.

*Observações:*

- Publicado no DOU nº 160, Seção 2, de 31/08/2015.

## PENSÃO

### PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL Nº 4943, de 2015

**O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL**, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.013470/2015-71, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, e no art. 222, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei nº 8.112/1990, alterada pela Lei nº 13.135/2015, e no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003, c/c a Lei nº 10.887, de 18/06/2004, e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão em caráter vitalício a GERALDA COSTA DE SIQUEIRA, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor **WANDERLEY ANTONIO DE SIQUEIRA**, matrícula 7757, a partir da data do óbito, 01/08/2015.

Senado Federal, 24 de agosto de 2015. **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Diretor-Geral Adjunto de Gestão.

*Observações:*

- Publicado no DOU nº 160, Seção 2, de 31/08/2015.

